

Nota de Repúdio ao Governo do Estado

Terceiro ano consecutivo de reajuste zero aos servidores públicos

O Fórum dos Servidores Públicos do Mato Grosso do Sul vem a público manifestar seu repúdio à atitude do Governo do Estado de não reajustar os salários dos servidores públicos estaduais, alegando que houve queda na arrecadação devido à “crise”, porém, continua a conceder e renovar isenções fiscais para diversos setores da indústria e agronegócio sem critérios definidos e garantias de benefícios à população do Estado.

E, na contramão do discurso de crise, insiste em contratos milionários de serviços terceirizados, que poderiam sustentar a folha de pagamento dos servidores por vários anos, quando não os reajusta pelo índice inflacionário, com pagamentos retroativos. Não age com transparência e apenas mostra uma parte dos fatos.

Mesmo que haja crise, os servidores estão abertos ao diálogo verdadeiro, para que realmente sejam ouvidos e, sobretudo, tenham suas necessidades atendidas. Desde o início deste mandato, não houve sequer reposição inflacionária e o poder aquisitivo dos funcionários públicos tem diminuído drasticamente.

O anúncio do reajuste zero foi feito no dia 31 de maio, data final estipulada para negociação, durante reunião do Fórum Dialoga. Esse fórum teria sido criado para que a categoria e o governo mantivessem o diálogo constante e construíssem juntos, governo e servidores, aliança para o avanço e desenvolvimento das carreiras. Porém, a política de diálogo do governo

consiste em informes, onde não há um contraponto e nas duas oportunidades em que o Fórum Dialoga se reuniu com os representantes das categorias, em 2017, não foi tratado o reajuste salarial linear.

A Secretaria de Administração também recebeu, separadamente, os representantes das categorias para obter os pleitos, porém apenas recebem as categorias para reiterar pontos discutidos desde o início da gestão, pois os avanços, inclusive, garantidos em lei, sequer são cumpridos, isso quando não ameaçam sua retirada.

O arrocho da “crise” está caindo somente sobre o servidor público, porque os apadrinhamentos se perpetuam e o governo continua indicando comissionados indiscriminadamente.

Além disso, os servidores estaduais estão há três anos amargando a falta de reajuste salarial, enquanto a inflação corrói os seus salários. Muitas promessas são feitas, mas poucas são cumpridas. Os servidores encontram-se cada dia mais desmotivados, pois enquanto aparece um discurso de crise econômica pelo governo, a realidade encontrada pelo cidadão é que o dinheiro que poderia ser investido na sua estrutura e valorização é esbanjado em eventuais esquemas milionários de corrupção.

Os servidores públicos estaduais nada mais esperam que esse governo do Estado o trate com o respeito do discurso de campanha, em que o **SERVIDOR É O MAIOR ATIVO DO ESTADO!**



Entidades sindicais e representantes de classe que subscrevem:

SINDIJUS-MS • SINPAP-MS • SINDETRAN-MS • SINTERPA-MS • ABSSMS • SINTSS-MS • SINPOL-MS
SINDAGE-MS • SINDER-MS • ACP • SINDAFAZ-MS • SIGEASFI-MS • FETEMS • APBM-MS • DIEESE-MS • SINDASP
SINTED-MS • SINSEMP-MS • SINSAP-MS • SIFEMS • ADEPOL-MS • AOF-MS

Fórum dos Servidores inicia calendário de mobilização contra reajuste zero e falta de gestão do Governo do Estado



Os sindicatos irão convocar suas respectivas bases para assembleias com pauta de eventual paralisação ou greve geral

Mais de 20 entidades sindicais e representantes de classe, integrantes do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, se reuniram na manhã desta quinta-feira (1º) na sede do SINDIJUS-MS e deliberaram por calendário de mobilização contra o reajuste zero e a falta de gestão do Governo do Estado, que vem enfrentando série de denúncias de corrupção no governo de Reinaldo Azambuja (PSDB).

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O Fórum representa mais de 40 mil servidores públicos da área da saúde, educação, segurança pública e

administrativo que vão para três anos sem reajuste salarial, os anos de 2015, 2016 e 2017, referentes à gestão de Reinaldo Azambuja, que assumiu o governo em 2015 e, desde então, não tem dialogado com os representantes sindicais, acumulando ao servidor mais de 20% de perda salarial.

Entre as atividades que serão realizadas pelo Fórum ficou definido por uma nota de repúdio à proposta para o governador Reinaldo Azambuja, ato público na Assembleia Legislativa (ALMS) na próxima terça-feira (6), os sindicatos irão convocar suas respectivas bases para assembleias com pauta de eventual paralisação e/ou greve geral, além

de publicações nos órgãos de imprensa para conscientizar a população e servidores públicos contra a corrupção no Estado.

O coordenador-geral do Fórum, Fabiano Reis, ressaltou que não se trata apenas de reajuste salarial e sim de um governo que priorize o funcionalismo público com o objetivo de prestar serviço de qualidade à população, que é quem mais sofre com a ingerência do Estado. “Não é só pelo reajuste salarial, o povo está cansado é da corrupção”, afirmou.

“Reajuste zero há três anos consecutivos é uma falta de respeito, além de não incorporar os R\$ 200 de abono salarial e prorrogar sem nenhum

diálogo com a categoria. O governo não respeita o servidor público, por isso nós temos que fazer manifestações sim contra a má gestão e corrupção no Estado”, complementou Fabiano.

O presidente do Sinpol-MS (Sindicato dos Policiais Civis), Giancarlo Miranda, salientou que após deliberação das bases deve ser realizada uma paralisação geral dos servidores públicos. “Vamos continuar construindo o movimento juntamente aos servidores e se o governo não atender as reivindicações da categoria, com certeza, vamos deliberar por paralisação geral do serviço público, após a realização das assembleias de cada categoria”, afirmou.

SEM JUSTIFICATIVA

Até o começo deste ano, o governo alegava crise e falta de verba para a reposição inflacionária do servidor público e investimentos nos serviços essenciais à população. No entanto, após a delação premiada de um dos donos do grupo JBS, Wesley Batista, na qual afirmou terem sido pagos milhões em propina ao governo de Azambuja para conseguir incentivos fiscais, trouxe à tona o eventual motivo do “rombo” nas contas do Estado.

Se não bastassem as denúncias, o governador ainda tem desembolsado altas cifras em publicidade para divulgar o “ranking nota 10” em gestão transparente, quando se observa inúmeros decretos duvidosos publicados no Diário Oficial e condutas irregulares que rodeiam seu governo e secretariado. Tendo como exemplo a apropriação indevida de R\$ 34 milhões do Plano Previdenciário do servidor estadual para pagar fornecedores do Estado.



Dono da JBS afirmou ter pago milhões em propina ao governo de Azambuja para conseguir incentivos fiscais, o que trouxe à tona o eventual motivo do “rombo” nas contas do Estado. Além disso a atual administração tem desembolsado altas cifras em publicidade



SINTSS-MS

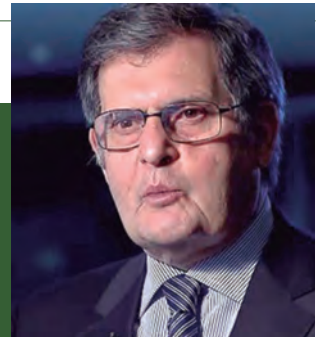
Se for preciso vamos acionar a Justiça para garantir nosso direito constitucional ao reajuste

Página 10

CRISE POLÍTICA

“Não acredito mais na Reforma da Previdência”, diz colaborador de Temer

Página 4



GOVERNO QUEIMADO



POLICIAIS CIVIS QUEIMAM CAIXÃO SIMBOLIZANDO REINALDO AZAMBUJA. Página 7

Diretoria da ABSSMS convoca filiados para assembleia geral que vai discutir questão salarial

Página 5

PARALISAÇÃO

ACP protagoniza ações em defesa da Lei do Piso na Rede Estadual

Página 8

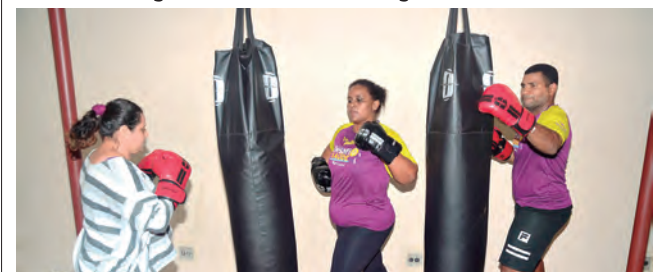
SINDETRAN-MS

Servidores acusam Detran-MS de perda milionária com terceirização

Página 6

DESAFIO SAÚDE CASSEMS

Prevenção e mudança de hábitos



Páginas 8 e 9

Câmara deve aprovar reforma da Previdência em julho

II O presidente da comissão especial da reforma da Previdência na Câmara, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), afirmou na quinta-feira, 1, que o calendário de que “devemos e vamos seguir” prevê a aprovação da proposta na Casa antes do início do recesso parlamentar, previsto para começar em 15 de julho.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O peemedebista afirmou que pedirá ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a quem cabe pautar a matéria, que marque o início da votação para o final de junho, entre os dias 25 e 26.

“Entendo que podemos começar essa votação ainda no mês de junho, mas talvez no final do mês de junho. Temos aí a reforma trabalhista sendo votada no Senado, que também depende nossas energias. Então, diria hoje que o calendário que devemos e vamos seguir é a aprovação na Câmara em primeiro e segundo turnos ainda no primeiro semestre (Legislativo, antes do recesso parlamentar). O presidente Rodrigo Maia é quem decide sobre isso, mas acredito que deva, talvez, ser a posição dele também”, disse Marun em entrevista à imprensa.

O presidente da comissão especial disse entender que, caso a votação da Previdência no plenário



Deputado Carlos Marun (PMDB-MS)

comece até 25, 26 de junho, haverá tempo hábil para concluir a apreciação da matéria na Câmara até 15 de julho, quando começa o recesso.

“Entendemos que em iniciando essa votação até o dia 25, 26 de junho, há tempo para votarmos primeiro e segundo turnos aqui na Câmara até o dia 15 de julho. Essa seria uma data limite para que pudéssemos votar aqui em primeiro e segundo turno”, declarou.

Marun ressaltou que vai sugerir a Maia que inicie a votação nessa data.

“Ela acontece depois das festas juninas, quando existe uma tradição de acompanhamento pelos parlamentares e o quórum aqui tradicionalmente não é robusto. Avaliando que é certo que a aprovação da reforma trabalhista no Senado traz ambiente positivo para PEC (da Previdência) aqui da Câmara, diria hoje que, da reunião ontem, houve muito conforto em sugerirmos essa data. Agora é uma decisão dele (Rodrigo Maia)”, afirmou.

Em entrevista nesta

semana, o presidente da Câmara já tinha dito que pretende colocar a reforma da Previdência em votação no plenário da Câmara antes do início do recesso parlamentar. Ele não deu, porém, uma data específica para o início da votação.

Nos bastidores, aliados de Maia afirmam que ele aguarda o julgamento que pode levar à cassação do presidente Michel Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), previsto para começar na próxima terça-feira, 6, para definir a data.

Na entrevista, Marun afirmou que, em razão da crise política, a base aliada dividiu “energias” entre a reforma da Previdência e votações no plenário, na tentativa de superar a imagem de “imobilismo” do governo.

Ele disse, porém, que retomou o foco das articulações para a reforma.

“Ontem, inclusive, reuni membros da base na comissão para ouvir deles um feedback em relação a quantas andam as discussões, o processo de esclarecimento de parlamentares ainda indecisos”, disse.

“NÃO ACREDITO MAIS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA”, DIZ COLABORADOR DE TEMER

II Mesmo se sobreviver à crise política, o governo de Michel Temer (PMDB) terá pouca chance de aprovar a reforma da Previdência e deverá chegar ao fim do mandato com um quadro econômico pior do que o que esperava até então; a avaliação é de Roberto Brant, interlocutor frequente de ministros próximos do presidente, ex-ministro da Previdência no governo Fernando Henrique e um de seus colaboradores antes ainda do impeachment de Dilma Rousseff; “Eu já não acredito mais na

reforma da Previdência”, disse Brant.

As informações são de marcos de Moura e Souza em reportagem no Valor.

“Eu já não acredito mais na reforma da Previdência. Não acredito mais”, disse ele. “E acho que nós vamos caminhar para o desastre fiscal porque tem a PEC [proposta de emenda parlamentar] do teto e as despesas da Previdência continuaram crescendo acima da inflação. Então, progressivamente elas vão ocupando o espaço



Roberto Brant

de todas as outras despesas.”

Para ele, se a reforma ficar, de fato, pelo caminho, a consequência será uma clara reversão das expectativas positivas em relação à economia.”



ACP protagoniza ações em defesa da Lei do Piso na Rede Estadual

Os profissionais da educação da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul realizaram paralisação na terça-feira (30). Mais de 4 mil trabalhadores em educação da rede estadual marcharam pelas avenidas do Parque dos Poderes em Ato pela valorização da categoria.

Da Redação
servidorpublico.ms@gmail.com

A paralisação foi motivada pela falta de compromisso do governo do Estado com os acordos firmados com a Fetems em favor dos trabalhadores, já que o Poder Executivo não cumpriu com a correção de 7,64% do Piso Salarial Nacional, referente ao mês de janeiro deste ano. Além disso, não cumpriu com a promessa que fez no ano passado, de incorporar o abono salarial de R\$ 200,00 no salário dos administrativos da Educação e apresentar uma política de valorização salarial para a categoria.

Os educadores iniciaram a concentração nas proximidades da SED (Secretaria de Estado de Educação) e, ao longo da manhã, marcharam para protestar em frente à SED e depois na Governadoria. No ato, a ACP esteve à frente dos profissionais da educação da Capital. “A categoria



A paralisação foi motivada pela falta de compromisso do governo do Estado

não é intransigente. Nós conversamos durante cinco meses e o governador não apresentou uma proposta. Se o governo não cumprir o que acordou com os profissionais da educação, outros dias de paralisação ainda virão. Em defesa do Piso 20h, nossa luta não para”, afirmou o presidente da ACP, Lucílio Souza Nobre.

Ainda no âmbito da valorização profissional, a vice-presidente da ACP, Zélia Aguiar, cobrou respeito ao plano de cargos e carreira do magistério. “Nosso recado também vai para a Secretaria de Estado de Educação: respeitem nossa carreira! Chega de discursos e projetos pedagógicos que priorizam a meritocracia, a terceirização, os penduricalhos em forma de abono apenas para uma parte da categoria. Nós temos um estatuto,



não rasguem-no”, protestou Zélia.

Quase no fim da manhã, a equipe de governo recebeu uma comissão da Fetems, porém, não houve avanço para o cumprimento da Lei do Piso. “A posição é a mesma, nada de proposta para os professores e um pedido para aguardar até agosto. Isso será formalizado em documento. A Fetems reunirá o conselho de Presidentes na próxima semana, para discutir esse documento e encaminhar o debate nos sindicatos de base, na sequência marcamos uma Assembleia Geral

para uma posição oficial da categoria”, informou Roberto Botarelli, presidente da Fetems, logo depois de deixar a reunião com integrantes do governo.



A categoria não é intransigente. Nós conversamos durante cinco meses e o governador não apresentou uma proposta. Se o governo não cumprir o que acordou com os profissionais da educação, outros dias de paralisação ainda virão. Em defesa do Piso 20h, nossa luta não para”.

Lucílio Nobre Presidente da ACP

Servidores estaduais unidos

Integrante do Fórum dos Servidores de MS, a ACP discute junto aos sindicatos uma paralisação articulada com todas as categorias e a possibilidade de deflagrar uma greve geral contra o reajuste zero imposto pelo governador e o não cumprimento da Lei Estadual nº 200/2015 (Lei do Piso 20h).

“Este é um momento de união dos trabalhadores e nós estamos em discussão constante com as demais entidades. Nosso objetivo é a defesa dos direitos, da valorização dos trabalhadores e lutamos contra a precarização dos serviços públicos essenciais à população”, conclui Nobre.



Detran: Reajuste zero para o servidor e 12% para empresa de informática terceirizada

II Sindicatos estiveram reunidos na quinta-feira (1º) com o Fórum dos Trabalhadores de MS. O Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) esteve presente e participou da elaboração da carta de repúdio à proposta do governador Reinaldo Azambuja de reajuste zero aos servidores do Estado.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O governo do Estado alega queda na arrecadação e perda de receita justificando que as contas do governo já estão acima do limite prudencial de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. “O governo não nos oferece nada, nos empurra garganta abaixo esse projeto de Gestão por Competências que só se aplica aos servidores concursados. Os comissionados e terceirizados fazem o que querem. Muitas vezes não possuem qualificação nenhuma para trabalhar e acabam inflando a folha de pagamento do Estado”, comenta o secretário-geral do Sindetran-MS, Bruno Alves.

A indignação quanto ao descaso do governo é maior pela quantidade de reajustes que o go-



Servidores estão indignados quanto ao descaso do governo com os funcionários concursados pela quantidade de reajustes que o governo concede a empresas que terceirizam os serviços no DETRAN

verno concede a empresas que terceirizam os serviços no DETRAN. Em janeiro deste ano, o governo do Estado publicou o reajuste de contrato com PSG Informática de 12,09% referente ao período de 2015 e 2016, com efeitos a partir de março, conforme Processo 31/700.728/. A empresa presta serviços de informática ao DETRAN, inclusive com contratação de funcionários terceirizados.

“O governo tem feito um discurso intenso de crise, querendo colocar a opinião pública contra os servidores, justificando os pacotes de maldades e mais um ano sem reajuste, nem a reposição da inflação”, afirma o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.



O governo tem feito um discurso intenso de crise, querendo colocar a opinião pública contra os servidores, justificando os pacotes de maldades e mais um ano sem reajuste, nem a reposição da inflação”.

Octacílio Sakai Junior
Presidente do Sindetran-MS

Servidores acusam Detran-MS de perda milionária com terceirização

II O Sindetran-MS (Sindicato dos Servidores do Detran-MS) protocolou um pedido de impugnação ao edital do Detran-MS (Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul) que pretende contratar uma empresa para gerir dados de veículos para o Departamento a um custo anual de até R\$ 17 milhões.

Na segunda-feira (29), ocorreu na Central de Compras do Estado o processo de recebimento de propostas das empresas interessadas, que segue para a fase de avaliação da empresa vencedora.

Segundo nota do Sindetran-MS, o pedido de impugnação à licitação não foi atendido. “Não nos deram uma resposta e seguem com esse processo impunemente”, afirmou o presidente do Sindicato, Octacílio Sakai Junior. Ele afirma que a categoria estuda uma forma de barrar a licitação, e que não vai cruzar os braços.

O Sindicato alega que a contratação de empresa terceirizada para realizar os serviços de implanta-

ção, manutenção e operação de sistema computacional, ao invés da contratação de servidores efetivos, pode gerar desperdício de recursos públicos.

Pelos cálculos do secretário-geral do Sindetran-MS, Bruno Alves, seriam exigidos, no mínimo, 12 profissionais para executar os serviços da licitação em questão, graduados em análise de sistemas, ciências da computação, processamento de dados, entre outras áreas.

Esses profissionais, especificados no edital, poderiam ser contratados pelo Detran-MS por um custo mensal de R\$ 40,4 mil ao todo, com encargos previdenciários, segundo o Sindicato. Em contrapartida, a empresa contratada para realizar esses serviços pode receber até R\$ 1,4 milhão por mês.

Bruno Alves diz que, ao preferir contratar uma terceirizada para executar os serviços, fica “evidente a renúncia de receita que o Detran-MS está praticando, contribuindo para aumentar a crise financeira do Estado”.

Em Assembleia Geral, policiais civis decidem fazer série de manifestações contra o governo estadual



A entidade reivindica reajuste salarial e o cumprimento de acordos firmados com a categoria



Os protestantes queimaram um caixão que simboliza, segundo eles, o governador Reinaldo Azambuja



O governo estadual anunciou que não tem como ofertar aumento salarial aos trabalhadores



Policiais questionaram as denúncias de corrupção no atual governo



Giancarlo, presidente do Sinpol

Na sexta-feira (2), os Policiais Civis se reuniram em Assembleia Geral para debater as próximas ações diante do anúncio do governo estadual de não reajustar o salário da categoria e de não cumprir os compromissos firmados desde 2014.

Com participação expressiva de filiados da Capital e do interior, a categoria decidiu fazer novas manifestações, iniciando com a queima da “Carta Compromisso” em frente à Governadoria, na mesma tarde, para simbolizar a indignação da classe. “Estamos cansados de tantas promessas, de acordos assinados e não cumpridos, de um governo que fala, mas não age. Estamos queimando as promessas de um governo que mente”, declarou o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda.

Policiais civis farão novas manifestações

• DIA 06 (TERÇA-FEIRA)

Manifestação na Assembleia Legislativa e pedido de apoio aos deputados estaduais.

• A PARTIR DO DIA 06 (TERÇA-FEIRA)

Acampamento em frente à Governadoria que somente cessará com o cumprimento da palavra do governo

• AÇÕES NA MÍDIA.

O SINPOL-MS SOLICITA A TODA A CATEGORIA QUE CONTINUE MOBILIZADA, PARTICIPANDO DAS MANIFESTAÇÕES, ACOMPANHANDO AS NOTÍCIAS PELO SITE OFICIAL E COMPARTILHANDO AS PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS

Desafio Saúde Cassems: Prevenção e mudança de hábitos por meio de práticas esportivas

Fotos: Ernesto Franco

O programa tem como objetivos incentivar a prática esportiva entre os beneficiários da Caixa dos Servidores, combater a incidência de peso e doenças crônicas, como diabetes, colesterol e pressão alta por meio da prática esportiva. O “Desafio Saúde Cassems” é uma parceria entre a Caixa dos Servidores e a Prefeitura de Campo Grande e oferece quatro modalidades esportivas: treino funcional, pilates solo e boxe executivo, além de grupos de corrida e caminhada que têm um objetivo específico que é fazer com que os beneficiários sejam capazes de participar da Corrida Noturna Cassems, que acontecerá em outubro. Nessa primeira etapa, serão 200 participantes, sendo 150 para o parque Ayrton Senna e 50 para o parque das Nações Indígenas.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O programa atende exclusivamente aos beneficiários Cassems, devidamente cadastrados, de ambos os sexos, na faixa etária entre 30 e 50 anos, não gestantes, que queiram adquirir um estilo de vida mais saudável no seu cotidiano.

Vinícius Lopes é instrutor dos grupos de corrida



O programa foca na prevenção de doenças e mudanças no estilo de vida dos participantes

do programa e, segundo ele, o “Desafio Saúde Cassems” vai mudar a vida dos participantes. “O programa está caminhando muito bem e os participantes estão bem animados. A oportunidade de poder escolher duas modalidades dá um dinamismo muito bom e o programa vai fazer muita diferença para a vida dos participantes. Nós estamos ensinando bastante técnica porque a maioria deles não tem experiência em corrida. A gente passa técnicas para melhorar a respiração, a passada e o condicionamento físico

para que eles estejam prontos para o grande objetivo que é participar da Corrida Cassems”, avalia Lopes.

Uma das participantes do programa, Themmy Lima Garcia, conta que apesar do cansaço, está bem empolgada. “Esta primeira semana do desafio está muito boa, muito produtiva, claro que é um pouco cansativo, mas é muito interessante. Eu estou treinando para participar da Corrida Cassems, a princípio quero participar na de 5 km, mas até outubro tem muito chão,

quem sabe eu resolvo correr os 10 km”, explica.

Sandra de Souza também participa do Desafio para mudar o estilo de vida e perder peso. “Eu estava com bastante expectativa e estou gostando de tudo. Estou com o corpo bem dolorido, mas isso faz parte do treinamento. Eu andava meio sedentária e agora é que estou retornando a fazer exercícios e quero perder peso. Eu estou adorando e muito motivada. A Corrida Cassems é o meu maior objetivo vou correr 5 km e estou batalhando para conseguir”,

conta.

Assim como os outros participantes, Flávio Lopes tem o objetivo de participar da Corrida Cassems. O programa também despertou em Flávio a consciência de cuidar da saúde. “Está sendo gratificante ter consciência de que a atividade física previne doenças crônicas. Chega uma idade que a prática esportiva tem que fazer parte do cotidiano e tem sido prazeroso. Eu já caminhava aqui mesmo no parque e quando vi o programa convidei a minha esposa para participar. Essa primeira semana está bem puxada, mas já estou me sentindo melhor e o grande desafio é participar da Corrida Cassems”, afirma.

O presidente da Cassems, Ricardo Ayache, explica que o programa vai oferecer toda estrutura e orientações necessárias para que os

participantes possam atingir o objetivo. “Este é um projeto muito interessante e amplo porque engloba uma equipe multidisciplinar com educadores físicos, nutricionistas, médicos e fisioterapeutas. Esses profissionais vão dar orientação necessária para que os 200 participantes tenham uma evolução satisfatória nos próximos meses e atinjam o objetivo final que é estarem capacitados para participar da corrida Cassems. Nós queremos que os participantes entendam que com a prática de atividade física e uma alimentação saudável, ele melhora a qualidade de vida”, pontua.

As inscrições foram feitas pelo site desafio.cassems.com.br e as vagas preenchidas em tempo recorde. Os interessados em ficar na espera podem enviar e-mail para desafiosaude@gmail.com.



Este é um projeto muito interessante e amplo porque engloba uma equipe multidisciplinar com educadores físicos, nutricionistas, médicos e fisioterapeutas. Esses profissionais vão dar orientação necessária para que os 200 participantes tenham uma evolução satisfatória nos próximos meses e atinjam o objetivo final que é estarem capacitados para participar da corrida Cassems. Nós queremos que os participantes entendam que com a prática de atividade física e uma alimentação saudável, ele melhora a qualidade de vida”.

Ricardo Ayache
Presidente da Cassems

Desafio Saúde Cassems

O programa de prevenção “Desafio Saúde Cassems” é mais uma ação da Caixa dos Servidores voltada aos beneficiários, com foco na prevenção de doenças e mudanças no estilo de vida dos participantes. O programa oferece quatro modalidades: grupo de corrida e caminhada, treino funcional, pilates solo e boxe executivo.

As aulas serão realizadas no Parque das Nações Indígenas e no Parque Ayrton Senna, nos períodos matutino e vespertino. Uma equipe

com vários profissionais de Educação Física vai coordenar as atividades de acordo com as modalidades escolhidas. Além de educadores físicos, os participantes terão à sua disposição nutricionistas, enfermeiros e fisioterapeutas.

Nessa primeira etapa, serão 200 participantes, sendo 150 para o parque Ayrton Senna e 50 para o parque das Nações Indígenas. A coordenadora do programa, Janice Oliveira, explica que as pessoas devem ser contagiadas para a prática esportiva.



Etapas



Durante o lançamento do programa, os participantes receberam orientações gerais por profissionais da saúde, fizeram a avaliação física: serão coletados os dados de IMC e ICQ, definiram metas e peso com que o participante pretende estar ao fim do desafio, juntamente com a distância que gostariam de percorrer na Corrida Cassems (caminhada de 5 km, corrida de 5 km ou corrida de 10 km).

O programa será composto pelas seguintes etapas:
05/08/2017

Reavaliação – Local: Parque Ayrton Senna.

21/10/2017

1º Desafio – Meta Corrida Cassems – Local: Sede da Cassems.

25/11/2017

Avaliação final / Encerramento do programa - Local: Parque Ayrton Senna.

Reavaliação: nesta etapa será feita a primeira reavaliação, no mesmo modelo do lançamento. O participante poderá esclarecer dúvidas e ser orientado se está no caminho certo ou se deve fazer alterações alimentares ou mesmo no quadro de modalidades, para que possa atingir sua meta no desafio.

Corrida Cassems: esse é o dia do primeiro desafio. O participante irá fazer o percurso escolhido como desafio no início do programa.

Desafio Final: neste dia será organizado o encerramento do desafio, com a avaliação final, em que cada participante poderá verificar se seu objetivo (meta pessoal) foi alcançado.

Avaliação física: serão realizadas em todas as etapas do programa, usando como base o protocolo de índice de massa corporal (IMC) e índice cintura e quadril (ICQ). Esses dados serão usados como base para cada participante identificar e medir sua meta.

Modalidades

Boxe Executivo: É uma modalidade adaptado Boxe de Competição. Utiliza as mesmas metodologias de treino, nomeadamente preparação física e técnica. Estando o foco desta modalidade na preparação física e técnica, ela alia o treino cardiovascular com o de força. Esta combinação permite maior rapidez na queima da gordura existente no corpo e conseqüente tonificação dos grupos musculares envolvidos, tanto superiores como inferiores.



Pilates Solo: Utilizado tanto para condicionamento físico como para reabilitação, seus movimentos são realizados de acordo com os princípios básicos da concentração, controle, precisão, respiração, fluidez, centrimento e por fim a consciência corporal. Os movimentos do Pilates Solo trabalham o seu corpo em diferentes graus de dificuldade, ressaltando a importância da respiração na execução de cada movimento. Outra consequência deste tipo de treino é o aumento substancial do metabolismo mesmo depois da sessão de treino, permitindo que o corpo absorva menos calorias, prevenindo assim o ganho excessivo de peso.

Grupo de Corrida e Caminhada: Treinos de Corrida e de Caminhada realizados em grupo voltados para a melhora do condicionamento físico e qualidade de vida dos participantes. Os treinos são feitos com o acompanhamento de um profissional de Educação Física especializado. O treino é feito para pessoas de qualquer nível de condicionamento físico, desde pessoas que querem começar a correr até quem quer participar de longos percursos.

Treino Funcional: O treinamento funcional é um método de trabalho ainda mais dinâmico que os treinos convencionais. Ele é caracterizado por mesclar diferentes capacidades físicas em um único exercício. Assim, o foco passa de um grupo muscular isolado para todo o corpo - os movimentos trabalham a força muscular, a flexibilidade, o sistema cardiorrespiratório, a coordenação motora e o equilíbrio.

Serviço

Cassems Prevenção: 67 3309-1051
Central de Atendimento 24 horas: 67 3314-1010
E-mail: desafiocassems@gmail.com

SINTSS/MS: Se for preciso vamos acionar a Justiça para garantir nosso direito constitucional ao reajuste

II A direção do SINTSS/MS está alinhada com as decisões do Fórum dos Servidores, sob o lema “unidos somos mais fortes”, os servidores públicos não aceitam o discurso de crise, em nota de repúdio do Fórum, alegam que o governo “continua a conceder e renovar isenções fiscais para diversos setores da indústria e agronegócio sem critérios definidos e garantias de benefícios à população do Estado”.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Outras críticas sobre os gastos do governo dizem respeito ao grande contingente de contratações de cargos comissionados e os altíssimos gastos com publicidade, isso continua sendo praticado no ambiente das lamentações do governo sobre

a dita crise, onde quem paga pela má gestão são os servidores públicos, enquanto o poder público está envolto em denúncias bombásticas de corrupção.

Segundo Ricardo Bueno, “nós vamos esgotar ao máximo a negociação, não aceitamos o reajuste zero e o desrespeito com o servidor público, pois o governo deixou para anunciar o zero reajuste apenas no último dia de maio. Se for preciso, a gente vai acionar a Justiça, pois a Constituição nos garante o reajuste anual, pelo ao menos corrigindo a inflação. Vamos continuar fazendo mobilizações na categoria, junto com o Fórum, com possíveis paralisações”, disse.

“A gente não aceita essa má gestão do poder executivo, que prega que é uma boa administração,

responsável, mas a gente não vê esta responsabilidade quando analisamos a quantidade de cargos comissionados que existem em todas as carreiras e a saúde não foge a isso, o Hospital Regional, por exemplo, tenham poucos cargos de confiança, menos de 10, e hoje este número é bem maior, são genros, irmãos de deputados, sem criticar aqui a possível competência dos comissionados, mas nós questionamos porque não chamam os concursados das áreas que estamos precisando muito, tais como lavanderia, nutrição, portaria, manutenção, enquanto isso o governo continua pagando salários de DGA altíssimos aos comissionados, valores que poderiam pagar dois, até três servidores concursados em áreas importantes que precisam de reforço”, desabafa o dirigente.

Terceirização na Saúde

A direção do SINTSS/MS vai continuar pautando a luta contra as propostas que visam o desmonte do serviço público.

Conforme Ricardo Bueno, “a terceirização não deu certo em Chapadão do Sul, onde a prefei-

tura teve de retomar a oferta dos serviços de saúde, pois a terceirização foi denunciada pelo Ministério Público Estadual, por não cumprir o contrato acarretando uma série de prejuízos à população. No terceirizado Hospital Regional de Ponta Porã, projeto

piloto do governo estadual, foram detectados mais problemas. Participamos recentemente de uma audiência pública no município, que detectou uma série de falhas na gestão do hospital que colocam em risco o atendimento à população”.



Direção do SINTSS/MS têm lutado contra as propostas que visam o desmonte do serviço público



ABSS protocola pedido de sessão de mediação no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

II Na sexta-feira (02) a ABSSMS – Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais oriundos do quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares de Mato Grosso do Sul, protocolou no Tribunal de Justiça um requerimento de mediação em face da irônica proposta de “Reajuste Zero” feita pelo Governo de Mato Grosso do Sul a PMs e bombeiros.



ABSSMS protocolando no Tribunal de Justiça, requerimento de mediação em face da irônica proposta de “Reajuste Zero” feita pelo Governo de Mato Grosso do Sul

Da Redação
servidorpublico.ms@gmail.com

O instrumento de mediação é mais um dispositivo legal que os policiais podem usar para tentar negociar o aumento com o governo.

Recentemente o STF - Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário com Agravo de número 654.432 impetrado pela Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais – ANASPRA, apreciando o pedido com repercussão geral, decidiu que: “É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria”.

ABSS convoca Assembleia Geral

Na quarta-feira (31), ABSSMS (Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais Oriundos do Quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares de MS), e outras entidades representativas de PMs. Participaram de uma reunião na Secretaria de Administração que teve como pauta o reajuste salarial.

Na ocasião o governo, alegando queda de receita, afirmou que em 2017, como nos anos anteriores, não vai conceder reajuste salarial para

nenhuma categoria.

“Nós, PMs e Bombeiros, não estamos tranquilos diante de tal situação e não queremos pagar mais uma vez uma conta que não é nossa. Estamos reivindicando ao menos a reposição inflacionária desde o início do ano. E para tal na última semana estampamos a insatisfação da categoria, cobrando duramente o governo através dos meios de comunicação”, comentou o presidente da ABSS, Thiago Mônico Marques.

Mônico também relatou que vários outdoors e painéis de LED, foram colocados na Capital e no interior nas principais avenidas das cidades tornando pública a reivindicação da classe. Disse ainda que a entidade também gravou vídeos e elaborou notas que foram enviados aos sites de notícias do Estado cobrando do governador a revisão geral anual constitucional para os policiais.

“A ABSS não aceita a justificativa de queda na arrecadação, ainda



ABSS definiu Assembleia Geral para a próxima terça-feira (06)

mais no momento em que existem denúncias de supostos atos de corrupção na administração estadual, fatos publicados pela mídia, nacional.”, disse Mônico.

A ABSS convocou uma Assembleia Geral para a próxima terça-feira (06), às 15h, na Sede da entidade para deliberar sobre a proposta de “Reajuste Zero” do governo do estado.

SEM REPOSIÇÃO

Desde 2015, Mato Grosso do Sul não está

cumprindo a Constituição e deixa de repor a inflação aos PMs e

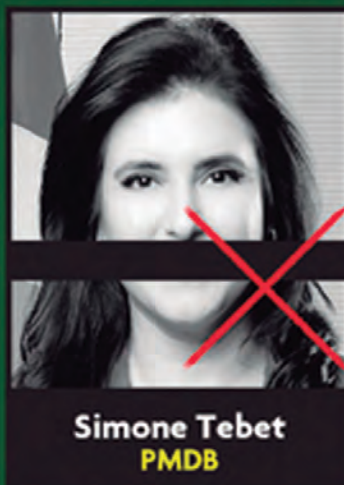
Bombeiros. A inflação acumulada na data base de

maio/2015 foi de 8,47% de maio/2016 foi de 8,65% e em maio/2017

apresenta uma projeção de 4,08% gerando um acumulado de 21,20%.

INIMIGOS DO POVO BRASILEIRO

Senadores e Deputados de MS
que votaram a favor da PEC 55



FETEMS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL
FILIADA À CUT CNE DRESE
73 SIMTEDs afiliados